

O IMPACTO SOCIAL DA PRODUÇÃO DOS LABORATÓRIOS UNIVERSITÁRIOS DE EXTENSÃO DAS FACULDADES BRASILEIRAS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Tathiana Emili Mori Tamaoki (IC) e Antonio Aparecido Fabiano Junior (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O presente trabalho está relacionado a pesquisa de Iniciação Científica que tem como base analisar a produção do Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, a partir do campo da Extensão Universitária, sendo as produções dos Laboratórios de Extensão das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo o objeto de investigação. Diante do contexto atual da sociedade perante a desigualdade e falta de acesso a condições de vida adequadas, incluindo a moradia digna e o alcance a infraestrutura urbana, vê-se uma falha do Estado em gerir e oferecer os direitos propagados na Constituição de 1988. Assim, a disciplina de Arquitetura e Urbanismo, que propõe a construção de espaços sociais, deveria oferecer ferramentas de luta para alargar ao menos a discussão acerca dos diversos problemas sociais que nos formam enquanto sociedade. A partir disso, observa-se ao longo da história do Ensino Superior o surgimento da Extensão Universitária como possibilidade de estender à sociedade o Ensino e a Pesquisa desenvolvidos no ambiente acadêmico de modo indissociável, criando oportunidades de participação da comunidade estudantil para melhorias das condições de vida da comunidade através de programas associados ao campo de estudo, proporcionando participações de “via de mão dupla”, no qual a comunidade e a academia geram trocas de conhecimentos, agregando na capacitação de ambas as partes. Com base nessa fundamentação, encontram-se os Laboratórios Universitários de Extensão como uma das possibilidades de atuação da extensão universitária, sendo caracterizado pela grande amplitude de programas, vínculo com diferentes entidades e exercício de reflexão.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Laboratórios Universitários de Extensão. Democratização do Ensino Superior.

ABSTRACT

This academic work is focused on Scientific Initiation research which seeks to analyze the discipline of Architecture and Urbanism in Brazil from the perspective of University Extension. The impact of Extension Laboratories of Architecture and Urbanism, in the state of São Paulo, is the main objective of this investigation. This arises in the context of the problems that the community is suffering from, such as inequality and lack of access to adequate living conditions, including appropriate housing and access to urban infrastructure. This is a failure of the State to offer the rights propagates in Brazil's Constitution of 1988. Architecture and Urbanism, which proposes the construction of social spaces, will offer the means to at least

broaden the discussion about these prevalent issues hindering society. It has been observed throughout the history of University Education that extending the research and findings developed in the academic environment to other members of society creates opportunities which enable the participation of the student community in ameliorating the issues faced by society through these programs. This results in a “two-way dialogue” between the community and academia, which generates a viable knowledge exchange and leads to the training of both parties. Based on this finding, the University Extension Laboratories are one of the programs under the University Extension, which is beneficial due to its wide range of programs, links with different institutions and emphasis on thought exercises.

Keywords: University Extension. University Extension Laboratories. Democratization of University Education.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui, em sua história, um rápido e desordenado processo de urbanização, apontando, em sua última pesquisa, que cerca de 84% da população do país se encontra em áreas urbanas (CENSO DEMOGRÁFICO IBGE, 2010). Conjunto a este número elevado, não houve a construção e adequação necessárias que acompanhassem esse crescimento, tal que a oferta de infraestrutura adequada de habitação, saneamento básico, educação, saúde, entre outros, não atingiu considerável número de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Como resultado, temos uma própria ideia e efetivação de uma cidade autoconstruída, à duras penas pela população que sofre maior dificuldade de acesso às infraestruturas e oportunidades urbanas, enfatizando ainda mais a desigualdade social e habitacional. (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2020, p. 74).

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), levantado pelo IBGE em 2020, aponta as principais deficiências das condições de moradia, sobretudo nas periferias e, dentre elas estão: ausência de banheiro de uso exclusivo; paredes externas construídas com materiais não duráveis; adensamento excessivo; ônus excessivo com aluguel; ausência de documentos que comprovem a autenticidade da propriedade e ao menos uma inadequação da condição de moradia, sendo que o último abrange 21,6% da população total. Tais fatos realçam o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 2010, que classifica o país em índice de média vulnerabilidade social, relacionado principalmente à precariedade das habitações, renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário-mínimo e falta de acesso à educação, em especial ao Ensino Superior.

O estudo da Arquitetura e Urbanismo refere-se a imersão e profissionalização dos estudantes no âmbito da cidade, habitação e meio ambiente. Em meio a isso, destaca-se a matriz curricular que compõe a graduação na área, promovendo de maneira geral a conscientização, reflexão, no entendimento de sua prática como ferramenta e espaço para a atuação dos futuros profissionais a fim de eliminar, ou ao menos amenizar, o impacto das desigualdades socioeconômicas no território.

A partir disso, encontra-se em evidência a Extensão Universitária que oferece um amplo campo de atuação, visando a articulação entre as atividades acadêmicas de Ensino e Pesquisa em conjunto com a sociedade, expandindo os limites das Universidades, permitindo o intercâmbio de conhecimento e a atuação social dos estudantes em formação. Dessa forma, observa-se a necessidade de articular e colocar em prática o tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – que sustenta o currículo das Instituições de Ensino Superior (IES).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os métodos empregados atualmente nas Instituições de Ensino Superior para desenvolver as atividades de Extensão estão diretamente relacionados a evolução da educação das universidades no Brasil. Isso se dá pelas inúmeras funções ao qual as Instituições de Ensino foram atribuídas, assim como o amadurecimento dos conceitos base do tripé acadêmico: Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.1. Ensino Superior no Brasil

A articulação do Ensino Superior no Brasil tem como base a demanda social existente em determinado período histórico. Dessa forma, percebe-se o desenvolvimento das instituições lento e recente e, como consequência, a educação em constante mudança e com grande necessidade de readequação. A Universidade Superior no Brasil tem em seus primeiros registros a gestão do Estado, visando a formação da elite sem necessidade de reflexão, pesquisa e discussão de problemas sociais, sendo a Educação Superior da época destinada apenas a atividade de Ensino. Apenas ao longo do final do século XIX e início do século XX, incluem a Pesquisa como base do currículo. Nesse momento, o ensino e a pesquisa eram componentes necessários e inquestionáveis para a graduação e formação de quem, ali (ser constituinte da elite), estava.

Entre as décadas de 1960 e 1990, diante de uma sociedade mais reflexiva e inclusiva, percebe-se um avanço repentino, com séries de movimentos organizados por ações estudantis, que exigiam a melhoria, disponibilidade e acessibilidade a Educação Superior. Com a Reforma Universitária em 1968, há fortalecimento do termo Extensão Universitária como movimento do próprio corpo discente, entendida como uma possível extensão das atividades de ensino e pesquisa, visando atingir as comunidades carentes através de métodos assistencialistas voluntários.

Com a criação dos Fóruns Nacionais de Extensão Universitária, em 1987, as atividades de extensão são revistas e conceituadas como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (I ENCONTRO DO FORPROEX, 1987). No Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, consolida-se a autonomia didático-científica, administrativa e financeira das Universidades, em que ela seria responsável por definir os métodos empregados para a graduação dos jovens, cumprindo com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (GONÇALVES, QUIMELLI, 2016, p. 10). Apesar dos avanços consideráveis, essas ações ainda eram isoladas e não havia registros que mensurassem as características dos projetos, como a qualidade e quantidade. Dessa forma, não havia parâmetros oficiais e um conceito definido a serem seguidos pelas Universidades. (SERVA, 2020, p. 9).

Nos anos 2000, a Extensão amplia sua performance ao entrar em vigor nos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014). Nesses documentos estabeleciam-se metas para alcançar maiores proporções da atividade, dentre elas a oferta de cursos de extensão para atender as necessidades da educação continuada de pessoas com ou sem formação superior; criação de conselhos, envolvendo a sociedade, entidades acadêmicas e prestadoras de serviço a fim de acompanhar os programas universitários, assegurando o retorno a sociedade; e nesse momento entra em vigência o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, exigindo a participação de 10% dos créditos acadêmicos destinados a ações extensionistas para conclusão da graduação a ser implantado nos próximos anos por todas as instituições. (GONÇALVES; QUIMELLI, 2016, p. 66. FORPROEX, 2012).

2.2. Definição de Extensão Universitária

A Extensão Universitária, como lei nacional aplicada atualmente nas Universidades (Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018), estabelece diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira na Mera 12.7 da Lei nº13.005/2014 e vincula a formação acadêmica aos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), aos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº9.394/ 96).

Diante de diversos Planos de Desenvolvimento vinculados a educação superior, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) declarou, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que as atividades extensionistas devem cumprir no mínimo 10% do total da carga horária curricular estudantil das Instituições de Ensino Superior (IES). E para caracterizar-se como Extensão Universitária deve estar inserido em pelo menos uma das modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços, e aplicadas de modo indissociável ao Ensino e a Pesquisa.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, destaca-se a importância da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) por ser uma respeitável plataforma que reúne informações acerca das atividades de assistência técnica, reforçando o necessário dever se lutar pelo Direito à Cidade a todos e todas. Essa entidade define a Extensão Universitária como oportunidade de praticar a teoria e pesquisa desenvolvidas nas Universidades, preparando os estudantes tecnicamente para a vida profissional, trabalhando junto à população de baixa renda, reforçando a coparticipação do ambiente acadêmico e a sociedade, garantindo a capacitação de ambas as partes.

Visto que há grande possibilidade de desenvolver extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Assistência Técnica e/ou promoção de eventos em parceria a entidades que realizam esse trabalho, frequentemente observa-se parcerias firmadas entre a ATHIS e

Grupos de Extensão, potencializando suas ações. Nesse contexto, a plataforma abriga, a partir de 2019, o Fórum de Assistência Técnica e Extensão Universitária em Habitações de Interesse Social: Atuação Integrada no Espaço Urbano.

Nesse mesmo viés, identifica-se o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que define a Atividade Extensionista em Arquitetura e Urbanismo como atribuição profissional vinculado a uma Instituição de Ensino Superior, associando o treinamento, ensino, pesquisa e extensão. As ações devem ser sem fins lucrativos, que não entrem em conflito com empresas no mercado formal, podendo, entretanto, firmar parcerias com diferentes entidades. Além disso, o projeto extensionista deve ter viés comunitário, abordando questões contemporâneas em um contexto social, visando a interação entre o meio acadêmico e a sociedade, sendo que as atividades práticas devem atender comunidades que não possuem condições de financiar o trabalho dos profissionais da área, com auxílio de estudantes que prestam serviços de trabalho voluntário.

O Instituto Paulo Freire (IPF), responsável por desenvolver projetos de assessoria, consultoria, pesquisa, formação e educação continuada baseada nos princípios do educador e filósofo Paulo Freire – um dos estudiosos da extensão universitária –, define a extensão universitária como troca dos saberes acadêmicos das universidades e os saberes populares da comunidade. Há duas vertentes em que podem ser separadas: assistencialista e não assistencialista. No primeiro caso, a troca de conteúdo se dá majoritariamente da Universidade para a Comunidade, sendo uma forma de auxílio direto para a sociedade em vulnerabilidade. Já no segundo tópico, entende-se a extensão como meio de comunicação, criando um diálogo entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e sociedade, nesse contexto estão inseridas as produções científicas, tecnológicas e culturais.

Importante ressaltar que Paulo Freire criticava a aplicação da extensão limitada a ambas as vertentes, uma vez que a assistência técnica não abrange a troca filosófica, cultural e científica de modo eficiente, assim como a restrição a cursos e conferências, destinados a difundir a produção acadêmica, possuem caráter de comunicação, não contemplando os ideais da extensão. Em sua concepção, o produto dessas atividades deve gerar uma percepção alargada da natureza, processo e diversidade de ações possíveis, através da relação de saberes (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 42).

A Pró-Reitoria de Extensão presente nas Universidades Brasileiras, tem como função coordenar, planejar, supervisionar e integrar as atividades de extensão e cultura que são aplicadas no currículo, independente da modalidade de atuação. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão, união das diversas unidades vinculadas a Extensão e Cultura proporciona espaço político-social em que se discute as diretrizes da Extensão Universitária no Ensino Superior.

O FORPROEX (Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras), responsável por gerir as atividades presentes nas Instituições de Ensino Superior públicas, foi a primeira entidade a surgir, sendo também responsável pela publicação da Política Nacional de Extensão Universitária em 2012, importante documento que contém o conceito e as diretrizes da Extensão Universitária. Em paralelo ao FORPROEX, criou-se o FOREXP (Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares) em 2002 e o FOREXT (Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior), voltado a Instituições Comunitárias.

Para os Fóruns de Extensão Universitária, em um contexto geral, o exercício extensionista completa as atividades de ensino e pesquisa, sustentando o tripé indissociável e interdisciplinar da educação superior, envolvendo a formação técnica e social, cujo conhecimento científico reverbera em um impacto social através da interação dialógica e troca de informações entre a comunidade e o meio universitário, que podem ocorrer de forma direta ou indireta (assistencialista ou não assistencialista). Tais ações geram o compartilhamento de conhecimento entre a academia e o público externo, tendo como objetivo atender as demandas da população e capacitar tecnicamente e/ou intelectualmente o grupo de discentes e docentes envolvidos. Porém, assume que há uma incongruência entre as diferentes atividades extensionistas praticadas, seja em seu conceito e/ou implementação, dificultando sua posição enquanto corpus no conjunto da universidade.

No presente trabalho será considerado como base da definição de Extensão Universitária o conjunto de concepções propagadas pelo FORPROEX, uma vez que possui uma maior abrangência de aplicabilidade, sendo constantemente divulgadas e utilizadas para a elaboração das ferramentas das IES. As práticas mais comumente aplicadas seguindo essa proposta são: apresentações culturais; atividades de ensino; cursos de extensão; empresa júnior; escritórios modelos (EMAU); laboratórios universitários; observatórios; palestras e conferências; projetos de assistência técnica; residência técnica; viagem de estudo.

Apesar da notável gama de possibilidades de implementação da extensão universitária, ainda há fragilidades na execução de sua função de acordo com o previsto em seu conceito base, em que se destaca de forma indissociável e de importância, tempo e recursos equivalentes ao Ensino e a Pesquisa, visando o diálogo “de via de mão dupla” com a comunidade externa onde a Instituição está inserida. Isso se dá justamente pela amplitude e profundidade de sua definição, gerando desafio de efetuação, acentuado pela ausência de discussão sobre o tema no ambiente interno das Universidades, sendo que possui responsabilidade em gerir os programas.

2.3. Laboratórios Universitários de Extensão

Os Laboratórios Universitários surgiram no Brasil, na década de 1960, a partir da fundamentação obtida a partir de debates que levantaram temas que envolviam a arquitetura em assentamentos precários e pesquisas sociais. Nesse mesmo viés, por volta de 1980, estrutura-se o primeiro laboratório universitário nominado Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes, cujo caráter democrático traz ao ambiente universitário a perspectiva da arquitetura crítica em diálogo com os movimentos sociais.

Os Laboratórios Universitários modernos se estabeleceram com o objetivo de unir o conhecimento técnico e acadêmico à necessidade da população de baixa renda, bem como se considerou a formação e capacitação dos alunos. As atividades envolvem a interação com a comunidade através de produções arquitetônicas e do espaço urbano, concomitantemente ao desenvolvimento do espaço de experimentação de ensino e pesquisa.

Importante ressaltar que há diversas possibilidades de programas de extensão nesses grupos, promovendo ambiente de capacitação e contato com situações e instrumentos reais para os discentes, contribuição a inovações técnicas e suporte a mudanças governamentais, ferramenta de melhoria para o espaço urbano e/ou construção de identidades coletivas e resgate a memória. (POMPÉIA, 2006, p. 7). Há também um grande impacto no campo profissional da Arquitetura e Urbanismo a longo prazo, fato comprovado pelo número de colaboradores de experiências de Laboratório de Extensão que se engajaram profissionalmente em áreas acadêmicas e nos setores públicos, prezando o pensamento coletivo como alicerce do trabalho social e profissional. (POMPÉIA, 2006, p. 14).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao entender o contexto da Educação Superior no Brasil e a Extensão Universitária como um elemento essencial da prática acadêmica das Instituições de Ensino Superior que possui conceituação ampla e com grande possibilidade de interpretação e implementação, é possível identificar os maiores desafios e incongruências em relação a sua prática e definição a partir de exemplos de programas existentes com essa classificação. Além disso, compreender a repercussão desses obstáculos no campo da Arquitetura e Urbanismo, considerando que a graduação/pós-graduação na área envolvem a elaboração de ferramentas sociais que dialogam diretamente com a abstração da Extensão Universitária.

O trabalho consiste em elencar, identificar e analisar as características das atividades de extensão dos principais Laboratórios Universitários a partir do recorte do estado de São Paulo, com base nos princípios destacados pelo FORPROEX, com foco na atuação social no campo da Arquitetura e Urbanismo, identificando o problema levantado pelo grupo; indissociabilidade ao Ensino e Pesquisa; interdisciplinaridade; participação acadêmica; e retorno das atividades para a sociedade. Segundo fundamentação obtida, conceituar o termo Extensão Universitária.

Os laboratórios pesquisados, tanto de universidades públicas quanto de privadas, a partir deste recorte são: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) e Laboratório para Outros Urbanismos (OUTROS) – todos da FAU-USP, Sistemas Integrados Territoriais e Urbanos (SITU), Núcleo de Conforto Ambiental (NUCAM), Laboratório de Projeto (LAP), Centro de Pesquisa em Cidades (CP-Cidades) e Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Habitação de Interesse Social (ARQHAB) – todos da UNESP, Laboratório de Sustentabilidade Ambiental Fluxus – UNICAMP, Laboratório Justiça Territorial (LabJuta) e Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR) – ambos da UFABC, Laboratório Itaim Paulista – Universidade São Judas, Laboratório de Pesquisa da Paisagem (LaPaisa), Laboratório de Conforto Ambiental e Sustentabilidade (CONSUSTLAB), Laboratório de Patrimônio e Preservação (PRESERVA) – todos da Anhembi Morumbi e Laboratório Arquitetura Responsável (LAR) – SENAC.

3.1. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab)

O LabHab, criado em 1996, faz parte do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e tem suas atividades voltadas a interligação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na área de Habitação e Assentamentos Precários, formulando alternativas diante das demandas habitacionais, urbanas e ambientais em um contexto de desigualdade social. As atividades possuem caráter experimental e de capacitação, desenvolvendo ações propositivas e análises críticas. Além disso, a equipe realiza seminários, publicações, debates temáticos, pesquisas, oficinas, planos e projetos de assessoria.

A extensão é considerada pelo Labhab como importante meio de construção de conhecimento e qualificação de atores, não somente envolvendo a sociedade acadêmica, mas também agentes do Poder Público e sociedade civil. Trata-se de um espaço interdisciplinar, envolvendo em sua equipe fixa profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, voltados a campos de atuação distintos.

Ademais, observa-se um grande incentivo do LabHab a pesquisas acadêmicas, incluindo a Extensão nessas atividades como oportunidade de levantamento de dados, exposição das análises em seminários, palestras, vídeos, documentos, entre outro, com o objetivo de manter a circulação de informações, viabilizando futuras ações de intervenção.

3.2. Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade)

O LabCidade surgiu em 2009 na FAU-USP como iniciativa de unir dois núcleos já existentes – Núcleo de Estudos da Paisagem e Núcleo Espaço Público e Direito à Cidade. Trata-se de um Laboratório de Pesquisa e Extensão, cuja diretriz é o acompanhamento crítico

das políticas urbanas e habitacionais, visando o debate sobre as intervenções do poder público e/ou agentes externos. Sua equipe é formada por profissionais e estudantes de diversas áreas, valorizando o princípio da interdisciplinaridade.

O Laboratório demonstra preocupação em difundir o conteúdo de Pesquisa e Extensão produzidos através de meios tecnológicos, seminários, eventos públicos, entrevistas, cursos e oficinas. Dentre os projetos, há dois que podem ser ressaltados, Observatório de Remoções (2012) e Observa SP (2014). Ambos os casos abordam questões sociais em regiões carentes da cidade, visando a revitalização urbana, com atuação em parceria a inúmeras entidades pelo Brasil, com foco na Região Metropolitana de São Paulo. Partindo de métodos de estudo e análise, os projetos identificam a natureza do problema, construindo ações de reflexão crítica, divulgando seus resultados na plataforma do LabCidade, seminários, cursos e eventos. O Observatório de Remoções oferece, ainda, uma rede de denúncias que são primordiais para a elaboração de planos de pesquisa-ação, amplificando a disseminação de informações, sendo juntamente compartilhadas com o Ministério Público e Defensoria Pública.

3.3. Laboratório para Outros Urbanismos (OUTROS)

O Laboratório OUTROS pertence ao Departamento de História da Arquitetura e Estética da FAU-USP. As atividades buscam a interação com a sociedade através de sua plataforma e, para expandir sua incidência, firma parcerias com coletivos e poder público. Os projetos são pautados na constante transformação urbana, buscando compreender o urbanismo a partir da perspectiva social, profissional e político. Apesar de se dedicar a pesquisa, o Laboratório oferece extensão através de cursos de extensão, exposições, seminários, debates, percursos, intervenções urbanas e demais projetos.

Tais programas extensionistas, de modo geral buscam promover ao público laboração da reflexão crítica, a partir da identificação de possíveis tensões estruturais e definidores do urbanismo, problematizando-os com embasamento em referenciais teóricos e em novas propostas oferecidas por novos agentes sociais. Em sua maioria, surgem alicerçado em um projeto de pesquisa.

3.4. Sistemas Integrados Territoriais e Urbanos (SITU)

Criado em 2003, o SITU faz parte do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP), realizando atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nas áreas de Paisagismo, História da Cidade e do Território e Urbanismo. Possui trabalhos com foco em pesquisa, envolvendo docentes e alunos do curso, além de parceria de estagiários da prefeitura, outros cursos da UNESP e outras universidades nacionais e internacionais, ampliando as referências de desempenho e valorizando a relação de interdisciplinaridade.

A Extensão é percebida como complemento das pesquisas para imersão social ao exercício de reflexão proporcionado por ela, bem como ferramenta de divulgação de suas conclusões. A promoção de *workshops*, exposição em congressos, elaboração de plataformas e intervenções urbanas com auxílio a entidades externas parcerias ressaltam-se dentre os instrumentos extensionistas explorados. Suas ações estão focadas nas regiões do interior de São Paulo, investigando as fragilidades do território onde está inserido.

3.5. Núcleo de Conforto Ambiental (NUCAM)

Concebido em 1999 pelo Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (DAUP) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp, por iniciativa do corpo docente para maior aprofundamento da linha de pesquisa em Conforto ambiental, através do exercício de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Extensão cria para o Laboratório a oportunidade de implementação e propagação conceitos de Conforto Ambiental estudado para o público externo. Para isso, realizam ações como curso de extensão, organização de eventos, projetos de extensão que visam a requalificação de áreas urbanas, consultoria, entre outros.

O NUCAM classifica o Ensino como importante meio de disseminação do conteúdo que fomenta a discussão da relevância da aplicação do Conforto Térmico, enquanto a Pesquisa se encarrega de aprimorar o entendimento dos aspectos que influenciam o conforto e os impactos de sua aplicação. Já a Extensão, está contemplada como prática mais variável, que depende dos requerimentos da sociedade e/ou da Instituição.

3.6. Laboratório de Projeto (LAP)

Criado em 2003, o LAP possui vínculo ao Grupo de Arquitetura: Teorias e Projetos da FAAC-Unesp e possui atividades voltadas a pesquisa e extensão na área de projetos de arquitetura e urbanismo. Grande parte das atividades resultam em publicações periódicas, livros, pesquisas e artigos, sendo a Extensão Universitária explorada em elaboração de projetos e anteprojetos. Apesar de encontrar publicações que abrangem temas e estudos em nível nacional, as ações extensionistas são majoritariamente destinadas a comunidade local da Universidade e do município em que está implantado (Bauru).

3.7. Centro de Pesquisa em Cidades (CP-Cidades)

Criado em 2000 na Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Unesp, o Laboratório possui foco em atividade de ensino, pesquisa e extensão na área de planejamento urbano e regional, com ênfase no desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas. Com base em fundamentações desenvolvidas em pesquisa, a extensão promove a reflexão crítico-sociais e discussão de possibilidades que contribuem para a

democratização da cidade, sobretudo na região de Bauru. Os eventos públicos buscam criar ambientes de interação entre os órgãos políticos, sociais e acadêmicos, destinado a proposição de soluções para a camada mais vulnerável da população, e têm como base pesquisas científicas e relatórios de experiências.

3.8. Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Habitação de Interesse Social (ARQHAB)

O Núcleo foi criado em 2001 pela equipe discente do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da FAAC-Unesp, voltados aos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil. Seus principais trabalhos estão associados a pesquisa e projetos de extensão, seguindo as linhas de pesquisa Ciências Sociais Aplicadas; Arquitetura e Urbanismo; Estudo da Habitação; Adequação Ambiental; Planejamento e Projetos da Edificação; Planejamento e Projetos do Equipamento. Atuando, também, em áreas de Acessibilidade Urbana, Habitação de Interesse Social e Avaliação de Pós-ocupação. Para viabilizar a execução de projetos de extensão, pesquisas, eventos, participação de congressos, entre outros, o ARQHAB consolidou parcerias com diferentes entidades, dentre elas a Prefeitura Municipal de Bauru, FACESP, Vid'água, PROEX (Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Unesp) e FUNDUNESP (Fundação para o Desenvolvimento da Unesp).

Há três grandes trabalhos de extensão do ARQHAB que se destacam – Habitação Popular e Arquitetura: Em busca de uma qualidade projetual nas moradias; Eliminação de Barreiras Arquitetônicas na APAE/Bauru: Planejamento dos espaços educacionais e de uso múltiplo; Projeto para Garantir a Acessibilidade no Horto Florestal de Bauru –, nas quais a elaboração de pesquisa-ação e prestação de serviços gratuitos são produzidos por estudantes em etapas de levantamentos de dados, elaboração de projetos, mobilização social e acompanhamento de projeto. O Grupo entende a Universidade como elemento essencial no desenvolvimento de movimentos de arquitetura social, uma vez que, sendo responsável pela formação de profissionais, devem abrir caminhos para a transformação e desenvolvimento social, gerando trocas de experiências e conhecimentos científicos e técnicos.

3.9. Laboratório de Sustentabilidade Ambiental Fluxus

O Fluxus tem sua origem a partir do grupo de estudos em Planejamento Ambiental criado em 1992 pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ao longo dos anos 2000, o grupo se aprimorou, garantindo novas conquistas e reestruturações, sendo a mais recente em 2013. Atualmente é um Grupo de Atuação em Políticas Públicas, Sustentabilidade Socioambiental e Morfologias Urbanas. O Laboratório possui operação em área de Ensino, Pesquisa e Extensão, reunindo profissionais multidisciplinares na equipe, que seguem as linhas de pesquisa:

Sustentabilidade urbana; Ecologia indústria e metabolismo urbano; Ensino para sustentabilidade urbana; políticas públicas ambientais. Dentre suas atividades se destacam: publicações de teses e dissertações, participação em congressos, elaboração de eventos, fórum e possui um observatório em ação.

A Extensão é tida como uma possibilidade de aplicação e divulgação em ambiente de ação, reflexão, formação e planejamento de ação. O Fluxus participa de ações lideradas por outras entidades, como o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (UFMG) e o Fórum Lixo & Cidadania (ABES-SP), agindo como ator em determinados programas. Já a comunidade Catador Contra o Fogo, de autoria própria, possui a intenção de disseminar informações relevantes sobre a sustentabilidade e meio ambiente por meio de divulgações de movimentos, eventos e artigos, além da construção de argumentos políticos. Além desses trabalhos, o Fluxus promove *workshops*, seminários, eventos públicos e atuação em projetos de pesquisa-ação.

3.10. Laboratório Justiça Territorial (LabJuta)

O LabJuta foi formado em 2015 a partir do encontro de professores e pesquisadores da Universidade Federal do ABC, sobretudo do curso de graduação de Planejamento Territorial. O Laboratório atua em projetos de produção e análise da cidade e suas insurgências como grupo de pesquisa e extensão com atuação de docentes, estudantes e pesquisadores vinculados a UFABC e sociedade civil organizada da região do ABC paulista e São Paulo.

O Laboratório possui forte vínculo a outras instituições, sendo elas públicas, privadas e/ou acadêmicas para elaboração de trabalhos de extensão, dentre elas o LabCidade, uma vez que um de seus grandes projetos de extensão está associado ao Observatório de Remoções. Dessa forma, percebe-se uma considerável variação de atividades extensionista abordada pelo LabJuta, sendo alguns com caráter assistencialista, de promoção de eventos, campanhas sociais, organização de plataforma ou outros. De modo geral, a união entre pesquisa e extensão são utilizados para produção e propagação de conhecimentos que propiciam a reflexão crítica.

3.11. Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR)

O LEPUR é um Laboratório interdisciplinar da Universidade Federal do ABC (UFABC) vinculado ao curso de Bacharelado em Planejamento Territorial e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, que cria espaço de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no campo do planejamento urbano e regional. Dentre as produções do LEPUR se destacam: publicações de artigos e relatórios de pesquisa, curso de capacitação, debates públicos, desenvolvimento de metodologia de projetos e parcerias com projetos de outras instituições. Seu objetivo principal é criar ambiente de diálogo e análise através de

ações transformadoras como assessoria, capacitação e extensão universitária, que abrangem áreas do espaço urbano-metropolitano e as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais.

Percebe-se a expansão de suas produções por meio de parcerias a outros agentes transformadores, utilizando a Extensão como intermédio de debates e experiências que garantam o exercício de reflexão, resultando no impacto social em comunidades carentes. Importante ressaltar que os momentos de discussão promovidos pelo grupo envolviam a participação de profissionais da área e servidores públicos, buscando, de alguma forma, contribuir para a formulação de políticas públicas urbanas na região.

3.12. Laboratório Itaim Paulista

O LAB Itaim Paulista surgiu em 2014 na Universidade São Judas Tadeu, a partir da linha de pesquisa de Gestão Urbana da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Koury, que coincidiu com a reforma do Programa de Pós-Graduação da Universidade, possibilitando a expansão da atividade de extensão na formação acadêmica, seguindo os conceitos de transdisciplinaridade em Política Urbana e Planejamento Local. O Laboratório teve três grandes motivos para iniciar suas atividades, são eles: (i) necessidade de romper os muros da Escola; (ii) formar gestores locais, sobretudo aqueles que habitam no local; (iii) fortalecer movimentos e programas já vigentes. O programa, portanto, se especializa como uma condição para atuar na região do Itaim Paulista, em conjunto a equipe de estudantes e com a Subprefeitura.

Importante ressaltar que o Laboratório possui autonomia em relação as iniciativas de suas produções, fato que, em contraposto, exige o vínculo com instituições parceiras para atingir engajamento em larga escala, possibilidade de divulgação e financiamento.

Atualmente, grande parte dos trabalhos estão relacionados à produção de artigos acadêmicos e pesquisa, sendo os principais projetos de extensão em vigência: acompanhamento do Plano Regional, Apresentação de Cartilha Ambiental, com a intenção de promover a educação ambiental; Cursos de Capacitação.

3.13. Laboratório de Pesquisa da Paisagem (LaPaisa)

O LaPaisa foi criado em 2018 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi e realiza trabalhos de Pesquisa e Extensão no estudo e proposição para espaços livres e apropriação pública. O grupo desenvolve produções envolvendo a paisagem em duas dimensões: (i) arte e experiência, (ii) materialidade. As atividades extensionistas aparecem nas propostas de intervenções em arquitetura da paisagem, sobretudo para entendimento da metodologia de projeto e de diálogo com o coletivo.

Há algumas atividades de extensão desenvolvidas no Laboratório como rodas de conversa, oficinas, *workshops*, instalações, mapeamento e diagnósticos, Grande parte dos

projetos se sustentam em duas vertentes estabelecidas: a primeira atua em escolas na região Nordeste e Norte da cidade de São Paulo e a segunda na região próxima ao *Campus* Centro da Universidade Anhembi Morumbi, no Distrito da Mooca.

3.14. Laboratório de Conforto Ambiental e Sustentabilidade (CONSUSTLAB)

O CONSUSTLAB foi criado em 2016 pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. O Grupo realiza trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, considerando as temáticas de Conforto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Espaço Arquitetônico: design, materiais e tecnologia; Mobilidade e Acessibilidade.

Dentre os objetivos do Laboratório se destacam: capacitação técnica interdisciplinar, destinada não apenas aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, mas também, a população interessada; pesquisa científica abordando os temas discutidos; elaboração de processos projetuais ambientais e sustentáveis, estudando a praticidade de soluções modernas e inovadoras; divulgação do conhecimento através das plataformas online e eventos públicos. A organização do SIMPAC – Simpósio de Pessoas, Arquitetura e Cidade é uma das maiores atividades extensionistas do Laboratório, sendo consolidada como referência em discussões e atrai inúmeros profissionais da área.

3.15. Laboratório de Patrimônio e Preservação (PRESERVA)

O PRESERVA foi formado a partir de um núcleo de pesquisa voltado ao estudo do Patrimônio Cultural e Preservação, com participação de docentes e discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. Apesar de ter suas atividades voltadas a Pesquisa, realizam trabalhos de Extensão de grande prestígio, através de rodas de conversa, participação em eventos, desenvolvimento de projetos, publicações, entre outros. Destaca-se sua presença na Jornada do Patrimônio Histórico em São Paulo, que reúne o público geral, oferecendo experiência cultural de reflexão.

3.16. Laboratório Arquitetura Responsável (LAR)

O LAR surgiu em 2014 como iniciativa de projeto de Extensão do Centro Universitário SENAC – *Campus* Santo Amaro, dedicado a pesquisa sobre Requalificação Urbanística Paisagística através de análise, diagnóstico e intervenções em espaços urbanos, envolvendo a comunidade local no processo participativo. Há considerável variação de atividades e parcerias, como a colaboração a ONG Teto Brasil, atuando em projeto de habitação emergencial, e o estudo da região da Ponte do Socorro a Estação Jurubatuba, localizados no entorno do SENAC, para requalificação urbana. De modo geral, o Laboratório promove através de ações o exercício da reflexão e proposições que garantam o Direito à Cidade.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os Laboratórios Universitários, de modo geral, são programas em ascensão, com grande abrangência de temas e atuação, fato responsável pela vasta pluralidade de soluções e implementações de projetos, possibilitando experiências progressivas para os envolvidos. Além disso, percebe-se a valorização e intensificação da intervenção na área em que o Laboratório está inserido, fortalecendo o vínculo dos profissionais da área, estudantes e comunidade local, e, conseqüentemente, expandindo suas percepções para novas reflexões e compreensão da cidadania. É importante destacar que os laboratórios não são os únicos espaços possíveis de produção extensionista e tantas outras ações como os EMAUS, os coletivos autônomos feitos pelos alunos e os grupos de pesquisa estão, cada vez mais caminhando para braços importantes sobre o assunto. Para o desenvolvimento desta pesquisa, decidiu-se pelo recorte dos laboratórios pois percebeu-se neles um valor histórico das produções universitárias com direção à extensão.

Dessa forma, é possível afirmar que houve otimização da função social da Universidade, entendendo-a como um importante agente transformador e de comunicação. A Extensão, portanto, se consolida como necessária e conveniente para cumprimento de construção social e amenização dos impactos da desigualdade socioeconômica, degradação ambiental e defesa da diversidade cultural (SERVA, 2020, p. 70. SANTOS, 2011), utilizando-se do diálogo, reflexão e aprendizagem como principais ferramentas.

Entretanto, a atuação recente dos Laboratórios Universitários de Extensão reflete a história do Ensino Superior no Brasil, que provoca a compreensão da Extensão de forma genérica e restrita, limitando-se a programas específicos, enquanto há grande possibilidade de desenvolvê-lo em paralelo ao Ensino e Pesquisa como conjunto único e intrínseco. Fato acrescido a ausência de discussão das reitorias e baixo incentivo financeiro, visto através da motivação a procura de apoios externos que viabilizem a produção extensionista, ocasionando a inadvertência da Extensão em relação ao Ensino e Pesquisa, levando a longos e complexos planejamentos de sua implementação.

Nesse viés, destaca a operação do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da FAU-USP, cujas principais ações estão contextualizadas em processos que se aproximam ao alinhamento entre as três vertentes, integrando os três pilares da Educação Superior em rede de comunicação comum entre diferentes atores sociais. O Observatório de Remoções é um grande exemplo, através de uma rede de mapeamento gera atividade social de extensão, aprofundando seus conhecimentos e análises em pesquisas acadêmicas, que há potencial de ser propagado em exercício de ensino, não somente no ambiente interno a faculdade, mas sim, em outras redes, fato possível devido a inúmeras parcerias firmadas, garantindo o retorno a comunidade.

Contudo, ainda é possível perceber, na grande maioria dos casos, a fragmentação das vertentes acadêmicas, entendendo a Extensão como ferramenta externa ao currículo. Esse impasse causa a disparidade entre os pilares da Educação Superior, em que a Extensão Universitária parte de uma necessidade do Ensino e/ou Pesquisa, não sendo o mesmo para o caso contrário. Tal perspectiva fomenta o investimento irregular para os processos, perpetuando a distância para curricularização da Extensão.

Outro fato a ser destacado é a característica interdisciplinar da definição da Extensão. O campo da Arquitetura e Urbanismo possui inúmeras dimensões que estão teoricamente relacionadas. Programas amplos, como os dos Laboratórios Universitários, geram espaços adequados para essa função que ainda exige maior exploração, aumentando a perspectiva e o contato do corpo estudantil a inovações da área.

Em princípio, pode-se dizer que, é perceptível os esforços para a evolução e adequação dos Laboratórios Universitários, e, assim como na história das Instituições de Ensino Superior, os movimentos estudantis possuem propriedade de transformação. Através de projetos sociais vinculados a aprendizagem é possível ampliar a potência desses trabalhos e a transparência da Extensão como elemento essencial para a Educação Superior. Expandir o alcance da comunicação além dos muros da comunidade academia e, dessa forma, alargar o impacto de suas produções, torna-se essencial para cumprir com os requisitos determinados pelo FORPROEX.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Extensão Universitária é uma importância ferramenta para exercer a função social da Arquitetura e Urbanismo e a ampliação da discussão e reflexão da cidade, ressaltando a pesquisa-ação como execução participativa que envolvem a comunidade e organizações sociais, gerando trocas de aprendizagem significantes. Além disso, deve acrescentar que os debates acadêmicos, que partem de uma questão social, devem retornar a sociedade. Consequentemente, cria-se o ciclo propagado pela argumentação da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em que a articulação da formação se baseia em uma problemática levantada por intermédio de uma atividade extensionista de diagnóstico em diálogo com a comunidade, possibilitando o exercício da Pesquisa, propondo soluções para a causa e efetivar o Ensino, perdurando a perspectiva reflexiva na academia, e por fim o regresso do produto para o corpo social. (SERVA, 2020, p. 129). Hoje, percebe-se que a Extensão depende das atividades de Ensino e Pesquisa, contudo não ocorre a mesma relação na situação inversa, salientando o desequilíbrio do termo.

Diante disso, entende-se que a dificuldade de conceituação da Extensão Universitária alcança proporções em todo o processo de formação do estudante de graduação e pós-

graduação, vendo como necessário transformação na política pública adotada, na comunicação com as diretorias e posicionamento das entidades acadêmicas, partindo da pesquisa e análise do cruzamento de levantamentos das ações de extensão, pesquisa e ensino, afim de entender as razões que resultam na performance da Extensão posterior aos outros elementos do tripé acadêmico. Além disso, é necessário exaltar o diálogo e participação da sociedade como ferramenta primordial em diversas etapas da aprendizagem, que devem estar inseridas no currículo da Escola, não se limitando a aplicações consolidadas como palestras, cursos abertos e assistência técnica. A aposta é que, a partir das próprias práticas de extensão, seja possível construir seu amplo e necessário significado onde, olhando para a ação, possa-se criar fundamental revisão e construção crítica acerca da formação dos alunos e dos sujeitos políticos, capazes de lutar pelo urgente alargamento democrático sentido e vivido em nossas cidades por todos os seus cidadãos.

6. REFERÊNCIAS

ARQHAB. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <www3.faac.unesp.br/arqhab/inicio.htm#>.

ATHIS. *Grupos de Extensão*. Disponível em: <www.athis.org.br/grupos-de-extensao/>

ATHIS. *Laboratório Justiça Territorial*. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <www.athis.org.br/project/labjuta/>.

ATHIS. *Laboratório de Pesquisa da Paisagem (LaPaísa)*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. Disponível em: <<http://www.athis.org.br/project/lapaísa/>>.

ATHIS. *Lab Itaim Paulista*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Disponível em: <www.athis.org.br/project/lab-itaim-paulista/>.

ATHIS. *LAR – Laboratório de Arquitetura Responsável*. Centro Universitário Senac. Disponível em: <www.athis.org.br/project/lar-laboratorio-arquitetura-responsavel/>.

CAU/BR. *Deliberação Nº031/2019 – CEF-CAU/BR*. 2019. Brasília/DF. DCEF, 2019. p. 3 a 13.

CAU/BR. *SP cedia simpósio de Qualidade Ambiental e Eficiência Energética para Cidades*. 2016. Disponível em: <www.caubr.gov.br/sp-sedia-simposio-de-qualidade-ambiental-e-eficiencia-energetica-para-cidades-e-arquitetura/>.

CONSUSTLAB. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. Disponível em: <consustlab.wixsite.com/consustlab>.

Curso de Arquitetura e Urbanismo promove Jornada do Patrimônio Histórico. Universidade Anhembi Morumbi. 2017. Disponível em: <portal.anhembi.br/noticias/curso-de-arquitetura-e-urbanismo-promove-jornada-do-patrimonio-historico/>.

FERREIRA, Priscila. *Resolução do MEC sobre a Extensão Universitária traz desafios e requer novas estratégias*. 2019. Revista ComCiência. Dossiê 209. Disponível em:

<www.comciencia.br/resolucao-do-mec-sobre-extensao-universitaria-traz-desafios-e-requer-novas-estrategias/>.

Fluxus Laboratório. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Unicamp. Disponível em: <fluxus.fec.unicamp.br/>.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. *Princípios da Extensão Universitária: contribuição para uma discussão necessária*. CRV, Curitiba, 2016.

GOVERNO FEDERAL. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/ DF, 2015.

Grupo de Arquitetura: Teorias e Projetos (GA). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <www.faac.unesp.br/#!/pesquisa-e-extensao/grupo-de-arquitetura-teoria-e-projetos-ga/>.

JUNIOR, Antônio de Araújo Freitas. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Resolução nº7*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. 2018.

Lab Itaim Paulista. Universidade São Judas Tadeu. Disponível em: <labitaimpaulista.blogspot.com>.

LabCidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.labcidade.fau.usp.br/>.

LabFau. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.fau.usp.br/dephistoria/labfau/index.htm>.

LabHab. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.labhab.fau.usp.br/>.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. *História do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (1987-2012)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

LEPUR. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <lepur.com.br/>.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Síntese de Indicadores Sociais*. IBGE, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 43. Rio de Janeiro. 2020.

MÜSSNICH, Marcela de Moraes Ocké. *Laboratório de Arquitetura Responsável – LAR. Repensando o espaço de morar – tipologias residências emergenciais*. Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística, São Paulo/ SP, v.6, n.2, 2016.

O Instituto Paulo Freire. Disponível em: <www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire>.

Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. Manaus/AM. 2012.

POMPÉIA, Roberto Alfredo. *Os Laboratórios de Habitação no Ensino da Arquitetura: Uma contribuição ao processo de formação do arquiteto*. 2006. Tese (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

PRESERVA - Laboratório de Patrimônio e Preservação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. Disponível em: <www.glunis.com/XX/Unknown/1747002882289113/Preserva---Laboratório-de-Patrimônio-e-Preservação>.

Publicações GA. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <www.faac.unesp.br/index.php#!/pesquisa-e-extensao/grupo-de-arquitetura-teoria-e-projetos-ga/publicacoes-ga/>.

SERVA, Fernanda Mesquita. *A Extensão Universitária e sua Curricularização*. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, Laura Tavares. *(Re)definições das relações da Extensão com a sociedade: a questão da Prestação de Serviço*. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL REUNI: A Universidade e suas relações com o Estado e a Sociedade. 2009.

TAVARES, Christiane Andrade Regis; FREITAS, Katia Siqueira. *Extensão Universitária. O Patinho Feio da Academia?*. Paco Editorial, Jundiaí/ SP, 2016.

Contatos: tathytamaoki9@gmail.com e antonio.fabiano@mackenzie.br